CARTOGRAFIE SOCIALI
Rivista di sociologia e scienze umane
Anno III, n. 5, maggio 2018

Direzione scientifica
Lucio d'Alessandro e Antonello Petrillo

Direttore responsabile
Arturo Lando

Redazione
Elena Cennini, Anna D'Ascenzio, Marco De Biase, Giuseppina Della Sala, Eugenio Galioto, Emilio Gardini, Fabrizio Greco, Luca Manunza

Comitato di redazione
Marco Armiero (KTH Royal Institute of Technology, Stockholm), Tugba Basaran (Kent University), Nick Dines (Middlesex University of London), Stefania Ferraro (Università degli Studi Suor Orsola Benincasa, Napoli), Marcello Maneri (Università di Milano Bicocca), Önder Özhan (Università di Ankara), Domenico Perrotta (Università di Bergamo), Federico Rahola (Università di Genova), Pietro Saitta (Università di Messina), Anna Simone (Università Roma Tre), Ciro Tarantino (Università della Calabria)

Comitato scientifico
Fabienne Brion (Université Catholique de Louvain -la-Neuve), Alessandro Dal Lago (Università di Genova), Didier Fassin (Institute for Advanced Study School of Social Science, Princeton), Fernando Gil Villa (Universidad de Salamanca), Akhil Gupta (University of California), Michalis Lianos (Université de Rouen), Marco Martiniello (University of Liège), Laurent Mucchielli (CNRS - Centre national de la recherche scientifique), Salvatore Palidda (Università di Genova), Michel Peraldi (CADIS - Centre d'analyse et d'intervention sociologiques), Andrea Rea (Université libre de Bruxelles)

"Cartografie sociali" is a peer reviewed journal

ARTI, DIRITTO E MUTAMENTO SOCIALE

Una mappa tra passato, presente, futuro

A cura di Anna Simone e Alberto Vespaziani

MIMESIS

SUOR ORSOLA
UNIVERSITY PRESS

Pubblicazione semestrale: abbonamento annuale (due numeri): € 45,00

Per gli ordini e gli abbonamenti rivolgersi a:
ordini@mimesisedizioni.it
L'acquisto avviene per bonifico intestato a:
MIM Edizioni Srl, Via Monfalcone 17/19
20099 - Sesto San Giovanni (MI)
Unicredit Banca - Milano
IBAN: IT 59 B 02008 01634 000101289368
BIC/SWIFT: UNCRITM1234

Cartografie sociali è una rivista promossa da URiT, Unità di Ricerca sulle Topografie sociali.

Direzione e Redazione della rivista hanno sede
presso l'Università degli Studi Suor Orsola Benincasa
Via Suor Orsola 10 - 80132 Napoli (Italy)
www.unisob.na.it
cartografiesociali@unisob.na.it
cartografiesociali.rivista@gmail.com

UNIVERSITÀ DEGLI STUDI
SUOR ORSOLA
BENINCASA
FACOLTÀ DI
SCIENZE
DELLA FORMAZIONE



MIMESIS EDIZIONI (Milano – Udine)
www.mimesisedizioni.it
mimesis@mimesisedizioni.it

Isbn: 9788857553061
Issn: 2499-7641

© 2018 – MIM EDIZIONI SRL
Via Monfalcone, 17/19 – 20099
Sesto San Giovanni (MI)
Phone: +39 02 24861657 / 24416383
Fax: +39 02 89403935

Registrazione Tribunale di Napoli n. 37 del 5 luglio 2012

INDICE

Editoriale: quali connessioni tra arti, diritto e mutamento sociale? Le arti come fonte empirica per raccontare le iterazioni tra diritto e società 9
di Anna Simone e Alberto Vespaziani

Arti, Diritto e Mutamento sociale. dialogo con Lucio d'Alessandro 19
di Anna Simone

MAPPE

I graffiti nel *lawscape* contemporaneo e il "*droit au respect*" nel diritto comparato 25
di Marcilio Franca e Alberto Vespaziani

Il governo dei poveri**.** Distopie e paradossi del presente in *Per ultimo il cuore* di Margaret Atwood 43
di Anna Simone e Natalina Lodato

Worse than fiction: imágenes y discurso de la tortura 67
di Jesús García Cívico

Nómoi a confronto. L'apporto della scienza comparatistica all'interpretazione giuridica e musicale 97
di Andrea Borroni e Giovanna Carugno

Diritto, letteratura, mutamento sociale. *Le terre del sacramento* di Francesco Jovine. 119
di Maria Ausilia Simonelli

ROTTE

Letteratura, vita e diritto. Note su *2666* di Bolano 137
di Carolina Correira Dos Santos e Luciano Nuzzo

Dio si fida del nostro buon senso. L'esperienza come critica all'autorità nel *Racconto della Comare di Bath* 159
di José Garcez Ghirardi

Qualidades femininas e masculinas e imagens da justiça 177
di Rafael Mancebo

De leviatanes y tortugas. Eirōneía, metaphora y alethé desde la imaginación visual en un grabado de Maarten van Heemskerl (1498-1574) 193
di José Calvo González

Science fiction literature as law. spunti per un superamento delle *Leggi della Robotica di Asimov* 207
di Antonio Iannì

RILIEVI

«A moderate amount of cacophony». la funzione "sovversiva" della comparazione tra diritto e musica nel giusrealismo statunitense 225
di Enrico Buono

A carnavalização do direito como chave de uma das portas de saída da casa verde 237
di Angela Araujo da Silveira Espindola e Miliane dos Santos Fantonelli

Ubi societas ibi ars et ludus 249
di Fabio dell'Aversana

WUNDERKAMMER

Il museo dell'immagine di Jean Carbonnier 265
A cura di Francesco Saverio Nisio

TRAVELOGUES

Il maschile, il femminile e il satirico nell'iconografia giuridica 279
di Ilaria Boiano

L'amministrazione del sapere e della memoria nella modernità 285
di Maria Pina Fersini

Rafael Mancebo

QUALIDADES FEMININAS E MASCULINAS E IMAGENS DA JUSTIÇA

Abstract:

This article is about Images of Justice, where the Energy Metaphor seems more adequate to understand the Gender Feminine and the Masculine values of Justice.

We emphasize the dualistic point of view that organizes and bounds our perception of reality and the Images of Justice, which implies both feminine and masculine values.

It is useful to reinforce the philosophical and legal arguments with transdisciplinary fields, such as Psychology, Anthropology, Semiotics, History and Theory of Art, Religious Imagery and on. We argument through Images and Legends of Justice given in some different Cultures, in order to get a broader perception of Justice, creating repertoire beyond the written Tradition. The Synchronism between personal experience and social fluency will be converged by some Myths´ functions, both social and psychological.

The article will be settled with some Greek and Egyptian representations of Justice and some Afro-American Imagery, which enables African Tradition after syncretic Efforts.

Keywords:

Justiça, Imagens, Feminino, Masculino

1. *Justificativa do tema: percepção e pluralidade da justiça*

A Justiça é um valor humano básico que trespassa a realidade científica e ideática. Assim como os valores-conceitos mais básicos, a Justiça tem realidade metafísica, ideal, cultural e natural, nos diversos quadrantes de realidade (Husserl 1985).

Natural, porque a Justiça é um Interpretante básico da expressão humana, assim como o Amor, Vida, a Fé, etc, já num corte pragmático (Peirce 1983). Símbolo básico, o valor Justiça vai além de uma definição, estrita, completa, cabíveis em temas matemáticos, como o triângulo, reta, planeta, asteróide, bissetriz, baricentro etc.

O valor Justiça comunica-se em temas das humanidades, ganha ênfase no ambiente cultural è interpretante básico de fenômenos sociais mais amplos, como Cultura, Psiquê Social, Bem Social. Toda relação humana ganha maiores sentidos quando trazidos para os argumentos de Justiça, até porisso se torna uma deidade, uma imagem. Visto que é valor interpretante do fenômeno humano, a Justiça interpreta e conecta as humanidades (filosofia – ética, estética, metafísica-, Psicologia, Antropologia, Lingüística, Música, Pedagogia, Política, História, Sociologia, Economia etc).

O valor Justiça é tão básico à nossa condição existencial que avançamos conceitualmente em temas mais "distantes" – o Infinito, o Nada, a Lógica, o Irracional – enquanto o tema íntimo e cotidiano da Justiça permanece na experiência prática, escapa às palavras, à escrita, e ainda somos sombreado pelos conceitos gregos.

Tal valor-conceito ocorre e mistura-se ao próprio contexto cultural em que é fluente, por tal razão sua conceituação seja necessariamente aberta, polissêmica, dependente do Tempo (*Zeitgeist*), do Ambiente Social (*Volksgeist*) e da Concepção (*Weltanschauung*), nos conceitos elaborados no "*Erklärung*" alemão, em especial de Herder e Hamman. Diante desta magnitude lingüística, filosófica e existencial do conceito de Justiça, muitos juristas se mantém no discurso mais seguro dos argumentos da "Lei e da Ordem", na perda patente de propostas políticas mais significativas.

O tema exige uma maleabilidade e policontextualidade mais encontrável nas artes plásticas e na música do que na escrita.

Aí o porque da utilidade de imagens e notas mitológicas do senso de Justiça, por meio das QUALIDADES FEMININAS e MASCULINAS E IMAGENS DA JUSTIÇA, que dão notas de outras experiências sociais, além dum discurso estritamente filosófico e de organização escrita.

2. *Quiralidade*

Quiralidade é um atributo geométrico pelo qual um objeto é "espelhado" por sua contraparte, assim como a mão esquerda se relaciona diametralmente à mão direita.

Kíron é sufixo de mão (χείρ) e cirurgia (χειρουργική *cheirourgikē*), que significa "trabalho de mão". Quíron é o Centauro que ensina Asclépio a arte da medicina, ao mesmo tempo em que é vitimado pelas flechas envenenadas na Guerra dos Centauros.

Asclépio (Ἀσκληπιός, Asklēpiós), filho de Apolo, funda a medicina grega com o manuseio e sínteses das ervas e plantas, no aprendizado de Quíron[1]. Isto porque a QUIRALIDADE acontece freqüentemente nas (1) microrrealidades, na química e astrobiologia (2) na realidade biológica, na fauna e flora (a própria estrutura corporal humana é quiral, pelo lado esquerdo e direito) e na (3) – realidade cultural, como no caso Feminino-Maculino, Pessoa-Grupo, Lei-Justiça.

Em termos atômicos, com o spin de dois átomos co-criados girarem inversamente, em que a molécula gira para a direita (dextrogira) enquanto outra molécula gira para a esquerda (levógira).

Não faço uma extensão indutiva para forçar uma conclusão generalizante de que tudo é formado por estrutura dual. Com o tema da quiralidade, apenas indico a nossa tendência costumeira em pensar na estrutura dualística. Esta estrutura dual impele pensamentos clássicos [no exemplo do Maniqueísmo filosófico, a distinção entre sujeito e objeto, no próprio taoísmo – com imagético no Yin e Yang – ou as imagens implícita da lógica formal: Princípio da Identidade (P Λ NP), Princípio da Não-contradição (P≠NP) e Princípio do Terceiro Excluído (P V NP) ou na relação dual "causa e conseqüência"] e contemporâneos [vide no estruturalismo fundado na distinção entre língua e fala (Wölflin, 1996, Saussure 2001)].

---

1 Ainda que haja absorção e reelaborações semânticas, a palavra "cirurgião" tem raiz indiana, advém do médico "Sushrutha", (circa VI A.C.), reputado o primeiro cirurgião praticante e autor do livro "Suśruta-saṃhitā", fundamental para o Ayurveda e para a técnica da cirurgia.
Há uma circulação cultural do Oriente para o Ocidente, mas deixamos considerar outros fundadores míticos da Medicina, como foi Imhotep (Egito, 27 A.C.), o Livro do Imperador Amarelo, fundante da Medicina Chinesa (entre V e II A.C., coevo à Era dos Reinos Combatentes ou Dinastia Han) e outro fundador mítico, "Obaluayê/Xapanã/Omulu", o Orixá (=Ancestral, Enrgia, Princípio) das doenças e das curas no Candomblé e no sincretismo da Umbanda, intepolado da África Yoruba, Fon e Jejê/Ewe para as Américas, pois o argumento serve apenas para perceber a dualidade presente na vida cultural.

A QUIRALIDADE imprime o modelo da contraposição (*Coincidentia Oppositorum*) na vida cotidiana porque é operativa e por tal razão se extende a modelos de pensamento, como a teoria das cores, a contraposição de notas musicais no pentagram ou o modelo geométrico implícito nas formas básicas de nosso pensamento. Pela nossa estrutura mental, a QUIRALIDADE é verificável nas microrrealidades e nas macrorrealidades, porém é uma limitação cognitiva humana, já em âmbito fisiológico. Nossa intelecção carrega traços e se conduz por seu ambiente, a Natureza.

O senso da dualidade é arraigado na estrutura fisiológica e cultural da experiência humana e na consciência de limites desta forma de pensamento, podemos intentar novas sínteses sobre o Feminino e do Masculino no senso de Justiça.

3. Quiralidade física e quiralidade intelectual

Há experiências que depuram o bom senso em regras lógicas (Hume 2009, Leibniz 1988). Há uma correspondência sincrônica com a Terra (*anima telluris*) ou de Leibniz, na "... *harmonia preestabelecida*, isto é, de um sincronismo absoluto dos acontecimentos psíquicos e físicos" (Jung 2004, pag. 64). Pensamos a partir de imagem (Aristóteles 2006). O modelo existencial influencia o modelo de pensamento. Isto pode ser banalizado em simplificações classificatórias, binarismo, estruturalismo basal, pbasismo de gênero, traísmos, preconceitos etc. Mais modernamente, podemos perceber os diversos argumentos de estruturalismos que se perdem e se esvaziam de sentidos, refletem a linguagem indiciária em que se perde o discurso científico e humanístico contemporâneo. Numa guerra dos sexos, a assunção de papéis masculinos por mulheres varia de momento a momento. Menos analítico e mais sutilmente, a energia feminina YIN com a energia masculina YANG, no fluir permanente do Taoísmo chinês em que se percebe a energia (*Chi*) feminina e masculina tanto no homem quanto na mulher (Jung 1992).

O Taoísmo, nos diz a leitura mais acessível pelo Tao Te King, propõe a contraposição entre o Ying e Yang, que pode ser tomado metaforicamente como feminino, masculino, frio, quente, noite, dia. A diferenca entre energia feminina e energia masculina é banalizada nas diferencas entre a máscara feminina e a máscara masculina e plastificam a percepcao inclassificável desta energia feminina-masculina, o Yin e o Yang coabitam um homem e uma mulher, numa geometria de tendências infindas. É recorrente, portanto uma Androginia nos mitologemas sobre as expressoes huma-

nas, como é o caso do valor Justica e seria um trabalho de vida procurar as raízes de cada mito sobre a justica em diversas expressoes culturais.

No âmbito filosófico, esta discusão permeia o contato entre o HILOZOÍSMO e do HILOMORFISMO grego, a condução da vida e as formas sociais – cidades, rituais e papéis-, ainda que o Cotidiano tenda a esmaecer o sentido vital dos atos da vida. Caso haja uma relação entre energia do ambiente e energia cultural, entre causalidades e irrazões mediadas por imagético político e recorrências de imemórias de sangue ou espiritual.

4. Gênero e energia sexual

Num primeiro momento, a Justiça é uma qualidade de gênero, normalmente Feminino, e eis então que na percepção de imagens e mitos, seja muito comum que surja uma energia do sexo oposto para reinterpretá-la, dizê-la, ritualizá-la. No exemplo rápido da Deusa Maat, que serve também de balança pela qual o Deus Osiris faça o julgamento. As qualidades femininas e masculinas comunicadas pelas Imagens de Justiça são intercambiantes. Isto gera sínteses comportamentais menos radicais nos opostos, por tal razão trabalhamos na lógica empírica da "ambivalência" (Touraine, 2010) ao invés de decisões duras por lógicas do "*a priori*", tendentes a um "silogismo" desconectado dos fatos da vida. Aí uma lógica compreensiva que ACEITA a INCERTEZA (Prigogine), para citarmos discussões de racionalidade nas humanidades que ainda não foram absorvidas, pois a lógica das humanidades se pauta em imagens e racionalidades típicas das exatas, entretanto insuficientes para entender relações de causalidade nas humanidades, que se operam mais por probabilística, em manchas de possibilidades. Por tal razão, tendências da lógica contemporânea tornam-se interessantes para as ciências humanas: "*paralogia*", "*fuzzy logics*", "lógica probabilística", todas estas lógicas que desenham menos a regra dura da lei mas realçam a "plasticidade" de símbolos sociais básicos como é o da Justiça.

O "senso" de Justiça interpreta o direito e também outras humanidades, brota de dentro, da experiência própria e ao mesmo tempo, vem de fora, pela lei. Esta percepção não foge ao neopositivismo kelseniano, que percebe a inconsistência do argumento "da lei pela autoridade e a autoridade pela lei" (Kelsen) e o próprio conceito de "mínimo eficacial da norma jurídica", o "umbigo socio-político" que sustenta o sistema "puro" de direito, negando o caráter de "pureza" do direito.

"A verdade está no fundo" (Heráclito 2002). Esta conexão ajusta o indivíduo como também o contato emocional, o "*Pathos*" político que impele as leis, toca argumentos pré-verbais de Justiçam, em âmbito de sensibilidade e exortação. Tais aspectos foram atribuídos à uma *psiquê social*, por meio do *inconsciente coletivo*, que guarda forte influência do *Volksgeist* do *Erklärung* e articula o conceito aberto de Soberania e as crises de populismo que é a "*sombra"* (Jung) permanente da Democracia, numa relação de Medida, Desmedida e Nêmsis ou num gatilho "*exaltação-banalização*" (Diel 2004). Jung (1992) propõe argumentos nesta ambivalência entre indivíduo-grupo e feminino-masculino de nosso "*Zeitgeist*" através dos símbolos *antropomorfizados*, como é o caso da Justiça. São os conceitos "*anima*" e "*animus*", em que "anima" é o aspecto incosnciente no homem e "animus" o aspecto inconsciente na mulher ainda que este jogo, no que foi muito inspirado pela interdependência do símbolo YinYang tendente à infindade. A imagem do Yin Yang, no par de opostos complementares um pingo do outro ao contrário de cortar expressõoes do indivíduo, fragmentando-lhe o *Self* (Jung, 1991, p. 119).

5. Sobreposição simbólica e atualização mitopoiética

Santidades, divindades e heróis representam e narram estórias que se repetem arquetipicamente nas experiências pessoais e de grupo (Brandão, 1989ª, Campbell s/d). O Mito é um Método, etimologicamente signigica "seguir um caminho" e portanto a tensão existencial em "vivenciar" um caminho pessoal ou social, que "replicam" uma experiência religiosa, fora do tempo ("Mito = modelo exemplar", Eliade, 2001, p. 84), ainda que em particularidades e soluções poéticas próprias (Jung, 1991, p. 85), cumprem uma função pedagógica existencial particulares. Em ambiente coletivo e difuso, as imagens da Justiça dispõem de imagens e narrativas próprias, mas também intercambiáveis, justaponíveis, tradutíveis, mutuamente interpretantes, em sobreposição imagética e narrativa, a "fantasmagoria" (Cassirer, 2003, p. 21), na perda de definição mas ganho de modulação e diusão, mantem o discurso vivo. O fenômeno auxilia uma utopia poética (Vico, 1974) na atualização do que seja a Justiça, intérprete das questões "práticas" do cotidiano das Leis, que se sustentam em temas profundos e de difícil conceituação: Justiça, Bem Social, Democracia, Igualdade.

Afinal, a organização e ponderação de qual lei aplicar num "inferno lingüístico" (Bittar, 2006 após Foucault) comum em ordens nacionais e internacionais, reflexos das inconsistências humanas (Jung, 2006, pag. 3;

Freud, s/d) e a inabilidade da comunidade jurídica em trabalhar argumentos metajurídicos – filosofia, cultura, psicologia – de modo mais compreensivos, na absorção da capacidade midiática de ampla difusão, tecnologia social ainda por se formatar. A "fantasmagoria" entre imagens e narrativas míticas da Justiça é comum em outras expressões culturais. Ocorre nas religiões afro-americanas ou mesmo no paganismo europeu, no exemplo em que as titânicas Gaia (Géia), Réa e finalmente, Athena e Apolos, intérpretes da Ordem Olímpica, todos mútuos interpretantes para expressar energias e princípios. Tais holografias são patentes na cultura indiana (Zimmer, 2005), em que o fundamento da transmigração da alma (*metempsicose*) facilita a aceitação desta dinâmica de imagens e no fim, o discurso escrito sobre as propostas. Tais "ondas de longuíssima geração" (Braudel, 1992, Bloch, 2002) sintonizam expressões culturais de "curta duração" do século XX, como nos movimentos de contracultura hippie, beatinik, new age, o que pode ser bem exemplificado pela propagação de Paramahansa Yogananda.

A Igreja Católica Romana articula tais fatos com Revelação, Milagre,-Visão, Sonhos, Graça e pelo negativo no Domínio do Exorcismo, enquanto muitos movimentos neoevangélicos correntes no Brasil absorvem vários atos e discursos do espiritualismo, inclusive com sessões de "incorporações", "exorcismo", "descarrêgo" televisionados.

Esta sutileza de percepção do fluxo interpretativo simbólico é refinada na população de memória indígena e africana brasileira, ainda que a matriz européia também seja maleável, visto que advinda de uma Europa Proto-Moderna, agrária ou marinha, dotada de uma percepção direta da natureza, "fisiocrática", que é chamada de "realismo ingênuo" (Cassirer, 2003) pela Sociedade "Industrial-Carbonífera", até que esta se depare com os sem-saídas de seu protagonismo retórico, sem saída entre o suicídio e a "idiotia", em desconsideração à Mãe-Terra e à "sabedoria agrária" (άγροιχοζ σοφία) (Cassirer, p. 16).

Talvez até por estas superposições de imagens religiosas de diferente fontes no Brasil Colonial e Agrário, incluindo a matriz ibérica com diferentes imagens – católicas, sefaraditas e muçulmanas, espelhando a matriz mediterrânea – explique certa facilidade nacional na lida com diferentes imagens, o que torna fácil apenetração da voga moderna do espiritismo já nos XIX, no Rio de Janeiro. O "Séance" do século XIX e XX, muito em voga na França, Inglaterra e Estados Unidos, encontra ressonância no imágetico embebido em fontes indígenas assentadas em lugares como México e Cuba e Brasil. A proposta de comunicação com o Além toma diferentes colorações culturais: Espiritualismo, Séance, Espiritismo ou Xamanismo.

Natural esta retomada da "paranormalidade" e "reencarnação" no século XIX e XX como um ponto de inflexões de culturas antigas, como o "bramanismo" e o "budismo" (Zimmer, 2005), que trabalha temas vitalistas e telúricos, a "reencarnação" e *"karma"* e "energiais primais", como as culturas não-escritas brasílicas. Este é o ambiente multicultural que projetam sentdos metafísicos e culturais nas de imagens da Justiça. Vamos a algumas delas.

6. Sincretismo de culturas, imagens e narrativas

O Novo Mundo é uma convergência do *ius sanguinis* e de *ius soli*. Num sentido telúrico e vitalista, JUSTIÇA DA TERRA e JUSTIÇA BIOFISIOLÓGICA conectam INSTINTOS e RAZÕES que impelem a ÉTICA PESSOAL e SOCIAL. A aceitação da alteridade cultural – apesar de críticas atuais sobre a "democracia racial" como algo postiço – sempre teve forte impulso no Brasil, até porque a aceitação e absorção da recém-chegada dos europeus pelos índios TUPYS foi condição para o sucesso da colonização brasileira desde os 1500. Sem esta absorção cultural proto-brasílica, de dentro para fora (Braudel, 1992) seria impossível a expansão civilizatória indígena-lusitana – de fora para dentro – e a formação do Estado brasileiro. Esta expansão, que se confirma ao próprio território do Brasil atual, foi lastreada no conhecimento de rotas (*peabirus*), alimentos, modos, remédios negociados pela logísitica indígena. Vale a provocação, as primeiras indústrias brasileiras, nas Capitanias de São Vicente, Pernambuco e Bahia foram a de "*know-how*" cultural, agrofloresta, mineração e logística, na mistura cultural e racial, contra a opinão de Furtado (2005), que toma a cana-de-açúcar como a primeira indústria brasileira. O chão cultural brasileiro é indígena e daí podemos pensar o europeu e o africano.

Há uma contigüidade entre o Mar Mediterrâneo e o Mar Atlântico que comunica as Américas à Fenícia, à África, à Europa, Ás Arábias, à China e à Índia, o que é marcante mesmo numa expressão brasileira, MANDINGA – tomada como FEITIÇO ou TRUQUE – enraizada em certos tipos de escravos islâmicos, que tinham uma miniatura de livro trazido no colar, o Corão. O Brasil recepciona a cultura escrita e não-escrita de diversos povos da Europa, África e Oriente, tanto por sangue quanto por linguagem. Este intróito vale para realçar algo da tecnologia social e talento em lidar com a pluralidade tanto por miscigenação (*Eros*) quanto por guerra (*Polemos*),

nas expressões de Empédocles, nas sombras da luta do Bem (*Ahúra Mazda*) e Mal (*Arumã*) do Zoroastrismo.

A complexidade social brasílica já é corrente desde a chegada dos europeus no Brasil, que se depararam com guerras indígenas de heterogêneas tribos, algumas vindo do Norte, outras vindo do Pacífico, possivelmente algumas mais antigas vindas da África e Mediterrâneo, o que recua a complexidade social desde a "invenção" do Brasil.

A cultura brasileira recebe o influxo da energia da terra e de populações. Apesar da memória escrita recente, carrega um potencial de memória cultural, por vezes dormentes nos próprios países de origem, o que dá a interessante percepção de cultura nova mas com dizeres, modos e percepções de sabedorias antigas, culturas depuradas em lógica (Leibniz; Hume).

7. África-Brasil

A narrativa da Justiça no *Candomblé* é polifacetada, pode se ater a ordens mais antigas, como no Criador Olorun, a Abóbada Celeste, esposo de *Aye*, Terra, que se fez realizar na Terra por seu filho-represente, *Oxalá* e neste mito houve a separação entre o céu e a terra (Verger, 2000). De outra parte, *Olokun*, Deus andrógino do Oceano, do Mar Profundo, com rabo de peixe, como Poseidon, pai de *Iemanjá*, Mãe dos Orixás, dos Homens e dos Peixes. *Oxumaré*, Deus do Arco-Íris, semelhante ao *Ourobouros*, também é andrógino, 6 meses homem, 6 meses mulher, o que se repete em outras narrativas, a de passar por baixo do Arco-Íris e trocar de sexo e tem rabo de cobra. Esta sutileza na dualidade sexual indistinta tanto no Candomblé, o que parece acontecer no vizinho Egito, que gera a "proliferação mítica" (Bastide, 2005, tomando a Bergson). Brandão (1989b) comenta a Androginia ou Hierogamia Primordial como algo comum em diversas civilizações do Mediterrâneo. Há notas de energias sexuais completas, de *Hierogamia/ Androginia* (Brandão, 1989b) ou dinâmica feminino-masculinho no Candomblé. O próprio filho de Olorun, Oxalá tem designações no masculino e eventualmente no feminino (Bastide, pag. 241), sendo certo que de suas outras identidade ou holografias – Oxalufã, Obatalá, Ossaguian e Oduduá – este é entendido como esposa de Obatalá ou interessantemente, um gêmeo contactado com o Islã, sendo Obtalá ligado à Cristandade (Verger, *idem*). As divindades do Candomblé, de matrizes africanas (nações Nagô, Ketu e Bantu e a denominação Jeje, os povos "estrangeiros", como os Daome, Mahi, Axânti, Abomey) e presentes também na religião brasileira da Umbanda, sincrética a diversas inspirações (ameríndias, kardecistas-celtica-,

ciganas, africanas e brasílicas) tomam o entendimento dos *Orixás* como as divindades orientadoras (guias) da pessoa, casa espiritual, tempo[2]. Há outras manifestações religiosas de cunho mais regional, como o perseguido e quase extinto "*Xangô*" em Pernambuco, mas tomaremos o Candomblé e a Umbanda por seu acesso ao imagético nacional.

"*Orixá*" pode ser tomado por um Ancestral Mítico ou Energia Predominante na Pessoa, arquétipo que alude tanto ao *jus sanguinis* quanto ao *jus soli*, visto que tem caráter imanentista. Há uma certa semelhança no conceito de Orixá e outros em diferentes culturas: "Deuses e Deusas", "Avataras", "Kuannon", "Djinn", "Divindade", "Ancestral Mítico", "Herói/Heroína", "Padroeira/Padroeiro", "Santos". O Candomblé e Umbanda religiões de incorporação dos mediums, isto é a pessoa entre em transe/êxtase e segue um ritual próprio de cada Orixá no Terreiro, o local religioso. Há uma gradação de dignidade e contato destes Orixás, sendo que Olorun e Olokun não se manifestam em mediums, assim como a Titânica Thêmis-Justiça divina não pisa o chão da Terra. Tais divindades mais

2 A Umbanda é sincretizada no século XX, na cidade do Rio de Janeiro por Zelio Fernandino de Morais, entre 1907/8, após divergência com o espiritismo kardecista, visto que os orientadores espirituais de Zelio não se apresentavam como "espíritos evoluídos". Apresentavam-se como espírito de "prêto velho" – no Brasil identificado como um velho escravo negro e guia de sua comunidade – e também o espírito de um índio, o "Caboclo das Sete Encruzilhadas".
O "Caboclo das Sete Encruzilhadas" seria a reencarnação do Missionário Jesuíta Gabriel Malagrida, cuja Ordem encontrava-se em confronto direto com o Absolutismo Português, na figura do Marquês e Pombal. Malagrida foi queimado pela Inquisição em 1761.
"Caboclo" é a mistura do Europeu com o Índio e podemos dizer que é uma cultura continente das culturas brasileiras, em diversas matrizes, como a "caipira", "gaúcho", "caiçara", "sertanejo". A cultura "cabocla" abraça qualquer fenótipo brasileiro (*jus soli*), o que se desdobra no "Soft Power" da cultura brasileira, em verdade antecipando em 20 anos a invenção do "mito das 3 raças" no Estadofortismo de Getúlio Vargas, simbolizada pelos brasilianistas Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr, como disserta Renato Ortiz (Cultura Brasileira & Identidade Nacional).
Contrária a esta obsessão autoreferenciada por parte dos acadêmicos das humanidades, que entendem a criação cultural demarcada somente por referência acadêmeica escrita, a elaboração não-escrita da "identidade brasileira" mestiça e positiva – incluindo a africana – já é presente nos diferentes estratos do Brasil. Desde meados do XIX, a música Lundu, de matriz angolana, base do Samba, já é preferência nos salões enquantoa pintura acadêmica e romântica-indianista de Victor Meirelles, na obra Moema, de 1866, ressalta as virtudes do gentílico brasileiro. Também na pintura realista-naturalista de José Ferraz de Almeida Junior, já em 1879 há um relevo das qualidades do mestiço, do caboclo. Carlos Gomes, compositor da Ópera "O Guarany", 1870.

próximas ao Mundo dos Homens são: Exú, Ogum, Oxóssi, Ossaim, Oxumaré, Xaponan, Nanan, Oxum, Iansan, Ossaim, Iemanjá, Xangô e Oxalá. Alguns destes circundam o valor Justiça, pelo quê falaremos de suas imagens. O *Orixá Ogum* (Gu) representa a Lei, o Ferro, a Instrumentação Religiosa, da Guerra, dos Caminhos, Tecnologia e Avanços. É sincretizado na Umbanda com São Jorge, no Sul e Sudeste, e com Santo Antônio no Nordeste Brasileiro. Guarda relação com a realização da lei romana, o *FAS*. O *Orixá* da Justiça, do Fogo, dos Raios e do Trovão é Xangô (Ṣango), entidade patentemente masculina e viril. Xangô guarda relação direta com o JUS romano, o valor Justiça. Ambos têm suas afinidades e diferenças, "*coincidentia oppositorum*", assim como na contemporaneidade, há convergências e contradições entre a lei e a justiça. Xangô tem sinonímia com São Sebastião no Rio de Janeiro e em São Paulo. Guarda aproximação com São Bento na Bahia.

Numa dinâmica mais sutil, as Orixás femininas se alternam como pares românticos destes dois Orixás masculinos. *Oxum*, ligada à energia de vida (*Axé*), beleza, sensibilidade, magia e trabalho tem sua contraparte em *Iansã* – muitos tomam por Oya-. De caráter mais guerreiro, Deusa que controla os Ventos, trazendo a Verdade. *Iansã* era a divindade e antigo nome do atual rio Niger. Ambas forma mulheres de Ogum e de Xangô e completam a relação lei-justiça patentes em Ogum e Xangô. Oxum pelo arquétipo materno e mágico, das riquezas terrenas, da percepção do jogo social. Iansã pela mobilidade dos ventos e a força da Verdade. A díade feminina tem o mesmo respeito e apêlo popular dos seus correspondentes masculinos, o que recebe maior impulso no fato de que a interpolação cultural da África para o Brasil contou com o denodado esforço e liderança das mulheres (Mães de Santo famosas, como Mãe Senhora, Mãe Menininha do Gantois, Mãe Stella de Oxóssi[3]). Note-se que há uma emelhança e possível troca cultural entre as civilizações do centro-leste africano e mediterrâneas, visto que as Divindades guardam semelhantes funções e mesmo semelhantes nomes. Os deuses "Oxalá" e Hitita "Sharumma", que decorre do Assírio/Sumério/Babilônico "Samas", o Deus-Sol. O próprio Deus Sol latino. O jogo divinatório de Ifá (Búzios) é dito ter sido trazido do Egito ou Mesopotâmia. Neste curto espaço que temos, vamos tomar um atalho da África-Brasil para o vizinho Egito.

3 Para maior percepção, Mãe Stella de Oxóssi, com mais de 90 anos, dispõoe de um canal de videos no Youtube.

8. Egito

Podemos dizer que o mais antigo símbolo da Justiça como ponderação e balança é a egípcia. Esta ponderação do justo ocorre na ponderação entre o "coração" da pessoa e o o peso da Pena de Maat, para se chegar a uma sentença favorável ou desfavorável (Budge, 2010), cujo título dado nos hieróglifos – isto é o autor quem nos afirma – mais se aproxima de "Capítulos de Sair à Luz", para uma vida Além da Morte. A escatologia egípcia tem esta passagem pelo julgamento da vida após a morte com o aniquilamento ou a continuidade da Vida ao Além Morte, em novos "Capítulos de Sair à Luz" (Budge, 2010). Em algum hieróglifos, este julgamento é presidido por OSIRIS e lavrado por TOT, juiz da Justiça e da Verdade, e escriba dos Deuses, segundo correntes inscrições e em outras tantas imagens, por ANÚBIS, em alguns outros, é presidido pela própria Deusa MAAT , cuja pena serve de contrapeso da balança. A qualidade Justiça é simbolizada tanto por Anubis, por Tot ou por Maat: «Esposa de TOT e filha de Râ; assistiu à obra da criação. É a deusa da regularidade e da ordem absolutas, da retidão moral, da justiça e da verdade. Seu emblema é a pena» (Budge, 2010, pag. 524). A troca e sinonímia da Justiça-qualidade divina e Justiça-ação entre Osíris, Tot, Maat, Anúbis, Pena de Maat e mesmo outras divindades, argumenta o egiptólogo Budge, era prática bastante comum em liberdade artística do desenhista, escultor ou gravurista sobre a Justiça da Vida, o que é reforçado no longo arco de tempo desde o Império Antigo até o Novo em que este julgamento final foi representado.

Esta rica variância das imagens indica qualidades tanto femininas quanto masculinas no valor Justiça na cultura do Egito Antigo e contorna a atribuição deste valor somente à Deusa Maat, que compartilha o ritual e julgamento da Justiça com Osiris e Tot além de um séquito de divindades. Há uma "diacronia lingüística" (Saussure, 2001) tendente à fusões e ressignificações de sentidos religiosos e mesmo políticos, conducentes ao amálgama de divindades oriundas de diversas tribos que se fundem e se facetam na mesma divindade no correr dos tempos.

Isto ocorre também na Índia, com a prevalência dos três Deuses, Brahman (Criação) Vishnu (Manutenção) e Shiva (Destruição), configurando o "*Trimurti*", o "Hendriati" (três por um) ou ainda na luta do Faraó Aquenaton e da Farani Nefertiti, que propugnam a passagem da adoração do Deus do Vento, *Amon*, ("O Oculto", "O Escondido"), para o Deus-Sol, *Aton*, ambos em semelhantes tendências monoteísticas tanto na Ordem Antiga de Amon quanto na Ordem Nova de Aton.

O mesmo acontece nas intermináveis disputas e mesquinharias sociais e políticas da contemporaneirdade. Tais ressignificações talvez se simplificariam com as Imagens de Justiça. Num tom mais sintético, vamos argumentar como é o talento grego para conectar o muito novo e o muito antigo.

9. Grécia

A mitologia grega é irresistível por diversos motivos. Um deles é que seus enredos e imagens, partes de uma Cultura que condiciona a nossa, são de fácil acesso. Outro ponto é que as imagens de Justiça são refletidas em vários mitos.Também a indistinção sexual é corrente nas imagens de Justiça nas imagens gregas de Justiça. Tudo porque uma antiga predição dispunha que o rebento de Zeus com *Themis*, Deusa Titânica, de Ordem Cosmológica Primeva, portanto de extração cultural mais recuada, a Deusa da Justiça de uma Ordem Titânica. Por uma Ordem Olímpica, mais solar, surge a personificação da Justiça pela Deusa *Diké*, siginificante desta nova reorganização. Ela é irmã de *Eunomia* , "Boa Ordem", imagem da lei e da condução da boa vida das leis e finalmente, de *Eirene* a Paz. Juntas, elas são as Horas e formam um "*Hendriati*" (*Hen dia treis*" um por três), como o *Trimurti* (*Bramahn, Vishnu* e *Shiva*) indiano e caregam o caráter cíclico da vida social e de um retorno a um "*mundo edêmico*" (Eliade, pag. 63 e ss.). Neste ponto temos uma dicotomia entre a Regra e a Justiça, valor que permanece mais à Moral, ou à boa O à Ética, e que não tem o caráter sancionador da lei. *Diké* é a imagem de Justiça tal qual estamos familiarizados, a de uma mulher carregando a balança, a *ponderação* emprestada à egípcia *Maat*, e a espada, que é a *assertividade* da luta secular. Esta imagem foi latinizada para *Iustitia*, divindade que toma ênfase em momento posterior da civilização romana.

Mitologema independente e coexistente de Justiça é a de *Astraea*, "Noite Estrelada", referencida por Virgílio, personifica tanto a castidade, pureza, qualidades intérpretes da Justiça e também o retorno da antiga Themis, da época de Ouro, de Cronos, Titânica, ou "Saturnina". Contraposta às irmãs *Horas*, a imagem da Deusa *Atena* também interpreta o senso de Justiça. Em face de um antigo oráculo das *Velhas*, responsáveis pelo Destino, o rebento de Métis iria sobrepujar Zeus, pelo que este devora a Titânica Deusa já grávida. A energia de Thêmis é absorvida por Zeus e por Atena, que é gestada na cabeça de Zeus, que sofrendo de terríveis dores, pede a Hefesto que lhe martele a têmpora e então Atena salta da cabeça do Deus-Rei. Nasce a Deusa de "partenogênese", assim como acontece com Dionisio, gestado

na coxa de Zeus, e veremos porque Dionisio representa um aspecto mais terreno do discurso de Justiça.

Atena é a Deusa da Sabedoria, da Civilização, da Justiça, da Habilidade, das Artes, do Artifício, da Força, da Guerra, de caráter racional, distante, frio, calculista, abstêmia, estrategista. A imagem de Athena acaba por aglutinar a Ordem Social e a Justiça e intercambiante com as três irmãs *Horas*.

Por sua psiqué e representações, Atena é uma imagem de Justiça comumente conectada ao patriarcado apolíneo grego antes que do matriarcado titânico (Brandão, 1989c) e ressalta a energia feminina-masculina (Jung, 1992) ínsita na realidade humana.

Além destas imagens patentes da Justiça, vale a atenção da passagem da Ordem Titânica para a a Ordem Olímpica, que implicam no rearranjo político da Justiça, e na passagem da imagem de Têmis, o oráculo das três Velhas (Géias), que fiam, medem e cortam o fio da vida, invertido pelo ato de Zeus, organizador da Ordem Olímpica, com as repaginadas imagens de Diké, Atenas, Astraea.

Figuras masculinas também implicam em atos de julgamento. Preferimos outras imagens menos óbvias do que a de Zeus, que concentra o poder julgador ou Hades, cuja palavra não volta atrás (sentença final). Esta troca de ordens religiosas e políticas pelas metáforas das divindades pode se sobrepor a transição do Período Micênico (Séc. XIV-XI a.C.) ao Período Geométrico ou Homérico (sec. XI-IX a.C.). Uma passagem que aglutina imagem, rito (processo) e sentença em polaridades feminino-masculino e pessoal/social é a transição do Oráculo Pítico para o Oráculo Délfico. Há uma transição de ordens (Brandão, 1989b, pag. 95) que implicam novas formas e modos religiosos, em que a Ordem Solar de Apolo toma a Ordem Telúrica, pontificada pela Píton, uma Dragão Fêmea ou Grande Serpente, símbolo da conexão entre o eu-terreno e o eu-solar. Píton era filha da própria Terra, Geia, e por sua vez, já havia substituído uma outra Dragão-Fêmea, *Delfine*.

Estas trocas de ordem religiosa e cosmológica representam a troca social, em "valências cosmológicas" (Brandão, 1989b, pag. 95), e significam a transição 1. de um Matriarcado (ou Androginia) para um Patriarcado 2. De uma Ordem Terrena para uma Ordem Solar e uma mudança ritual, com ênfase na "inspiracão", mais ao céu, que pela "incubação" mais ligada ao aspecto físico, da Terra, ainda que a imagem de Dioniso, pois é o responsável tanto pelo Êxtase, Inspiraäção, "Mania" quanto pela incubação, visto que ele próprio foi "gestado" na coxa de Zeus. Dionísio, com suas qualidades terreais, complementa o ritual solar apolíneo, facilita este contato na relação Terra e Céu, atráves do Templo de Delfo, cujo centro é o ÔM-

PHALÓS, o umbigo do mundo (Brandão, 1989ª, 95; Eliade, pag.38). Esta transição civilizatória da Ordem Pítica à Ordem Délfica implica em mudanças no pensamento político que se irradiam até a contemporaneidade, num contributo essencial do direito grego, no exemplo da passagem da lei de Talião, a Justiça pessoal, para a Justiça dos Tribunais (Brandão, 1989ª, pag. 91), a Justiça Pública.

Num argumento final e que parece contactar os problemas bem contemporâneos de falta de contato e humanidade na realidade industrial, tenho a impressão de que o rito por "incubação", mais físico, mais ao umbigo, "ventral" seja mais imediato aos "instintos" enquanto a "inspiração", mediada pelo ar, imediatize-se ao lampejo, à "intuição". Por uma manifestação interna ou externa, há um contato com o divino, a "*hierofania*" (brilho, manifesto do sagrado) ou a "*epifania*" (manifestação, aparição súbita, *insight*, "ter uma luz") conducentes ao "*conhecer-se a si mesmo*" délfico.

O "sexto sentido", que podemos tomar empiricamente como a pre-cognição apurada e harmônica tanto do "instinto" quanto da "intuição". Pode-se distribuir esta combinação no sistema indiano dos chacras. Interessante, a Ordem Apolínea enfatiza a "inspiração, mais aérea, luz, porém permanecem valores píticos-telúricos, fogo, na ritualística grega, até pelo fato do próprio Apolo passar período de purgação, o que pode ser tomado como um ritual de "incubação" pelo fato de ter matado a Píton, Entidade Viva. Esta passagem de uma Mântica Telúrica, dada pela Dragão Delfine para uma subseqüente Ordem telúrica, a do Dragão Píton, possibilita a impressão da energia feminina E masculina num mesmo corpo, ou seja à "*androginia*" ou "*hierogamia*" primordial (Bachofen, Brandão, 1989c, pag. 337), o que é associado a mitos de serpentes, peixes e dragões, como vimos nos Orixás *Olokun* , dos Mares Profundos, e *Oxumaré*, do Arco-Íris.

Rafael Chagas Mancebo
Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro
rafaelcmancebo@gmail.com

Bibliografia

Aristóteles, 2006, *De Anima III*, Editora 34, Brasil.
Bachofen, J. J., 1992, *Myth, Religion, and Mother Right*, Selected Writings of Bollingen Series.
Bastide, R., 2005, *O Candomblé na Bahia – o rito nagô*-, Editora Companhia das Letras, Brasil.
Bittar, E. C. Bianca, 2006, *Linguagem Jurídica*, Saraiva, São Paulo.

Bloch, M., 2002, *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*, Zahar Editores, Brasil.
Brandão, J. S., 1989a, *Mitologia Grega*, Volume I.
Id., 1989b, *Mitologia Grega*, Volume II.
Id., 1989c, *Mitologia Grega*, Volume III.
Braudel, F., 1992, *Escritos sobre a História*, Editora Perspectiva, São Paulo.
Budge, E. A. Wallis, 2010, *O Livro Egípicio dos Mortos*, Editora Pensamento, São Paulo.
Cassirer, E., 2003, *Linguagem e Mito*, Editora Perspectiva, São Paulo.
Campbell, J., s/d, Cambpell, Entrevista "A Jornada do Herói", Documentário Coleção "O Poder do Mito", Logon Editora Multimídia.
Diel, P., 2004, *O simbolismo na mitologia grega*, Editora Attar, Brasil.
Eliade, M., 2001, *O sagrado e o profano*, Editora Martins Fontes, São Paulo.
Freud, S., s/d, artigo *Qualidades psíquicas*, Obras Psicológicas Completas, Imago Editora, Rio de Janeiro, volume IV, versão digital.
Furtado, C., 2005, *Formação Econômica do Brasil*, Companhia Editora Nacional, Brasil.
Heráclito, 2002, *Fragmentos contextualizados*, Editora Difel, Brasil.
Hume, D., 2009, *Tratado da Natureza Humana*, São Paulo, Editora Unesp.
Husserl, E., 1985, *Investigações Lógicas*, Editor Victor Civita.
Jung, C. G., 1991, *O espírito na arte e na ciência*, Editora Vozes, Petrópolis.
Id., 1992, *O Homem e seus Símbolos*, Nova Fronteira, São Paulo.
Id., 2006, *O Eu o Inconsciente*, Editora Vozes, 19ª Edição, Petrópolis, 2006.
Kelsen, H., 1998, *Teoria Pura do Direito*, Editora Martins Fontes, São Paulo.
Leibniz, G. W., 1988, *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, Nova Cultural Editora, São Paulo.
Peirce, C. S., 1983, *Ensaios Coligidos*, Editora Victor Civita.
Id., 1999, *Semiótica*, Editora Perspectiva, São Paulo.
Prigogine, Y., 2002, *As leis do caos*, Editora Unesp, São Paulo.
Touraine, A., 2010, *O mundo das mulheres*, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2ª Edição.
Saussure, F. de, 2001, *Curso de Lingüística Geral*, Editora Cultrix, São Paulo.
Verger, P., 2000, *Notas sobre o Culto aos Orixás e Voduns*, Editora Edusp, São Paulo.
Vico, G., 1974, *Princípios de (uma) ciência Nova (acerca da natureza comum das nações)*, Editora Abril Cultural.
Wölflin, Heirich, 1996, *Conceitos Fundamentais da História da Arte*, Editora Martins Fontes.
Zimmer, H., 2005, *Filosofias da Índia*, Editora Palas Athena, São Paulo.